1. Aprendizagem intercultural e valores na Europa

1.1 O que é a Europa e para onde vai

1.1.1 Europa: um conceito de diversidade

A Europa sempre desempenhou um papel preponderante na economia, na política e na história do mundo. Hoje, a Europa não é apenas uma realidade geográfica ou política, mas também um conjunto de conceitos, os das diferentes Instituições Europeias, de cada um dos indivíduos que nela habitam, mas também do resto do mundo. Consequentemente, o conceito de Europa dá lugar a numerosas e diferentes interpretações, todas com uma ligação comum: a Europa é a nossa casa comum.

Na realidade, a Europa sempre foi o motor de evolução da nossa civilização, mas também de revoluções e, infelizmente, das guerras mundiais.

Hoje, o que chamamos de "velho continente" reflecte uma nova imagem, a da diversidade, que não pára de crescer e de evoluir, e que encontra as suas raízes na história, da qual o colonialismo faz parte. Desde a Idade Média e até muito recentemente, os países europeus (Reino Unido, Portugal, Espanha, França, etc.) possuíam colónias em diferentes continentes. No final dos anos 50 e 60, os países europeus importaram mão-de-obra dessas colónias. Actualmente, muitas pessoas deslocam-se de um continente para o outro. Turísticas para alguns, essas deslocações são, para muitos, involuntárias e forçadas por circunstâncias incomportáveis nos seus países de origem.

Hoje, é perfeitamente normal para os Norte Africanos terem Franceses como vizinhos, para os Indianos coabitarem com Britânicos, etc. Para melhor ilustrar esta realidade, será necessário ainda acrescentar à imagem um Chinês, um Romeno e um imigrante negro ou um refugiado dos Balcãs. Ao longo dos séculos, esta diversidade reforçou a interdependência da Europa com os outros continentes. Não podemos pensar na Europa contemporânea sem as riquezas trazidas pelos povos e pelas culturas que a povoam.

A Guerra Fria terminou há mais de uma década e a cortina de ferro entre a Europa Ocidental e de Leste já não existe, pelo menos na sua forma original. No entanto, as pessoas ainda não sabem muito acerca umas dos outras, não conhecem o vizinho que mora na casa ou no apartamento ao lado, não sabem nada acerca do colega de trabalho ou da pessoa sentada na mesa ao lado no café. Se quisermos partilhar um futuro comum, é preciso que aprendamos muito uns acerca dos outros; devemo-nos isso, como devemos contrariar os nossos preconceitos e as nossas ilusões.

Defender a sua cultura e os valores do seu grupo é uma reacção normal da parte de qualquer indivíduo. Por isso é fácil rotular o resto do mundo. Mas a realidade actual mostra claramente que pouco importa o facto de aceitarmos ou não as diferenças e as especificidades culturais dos que nos envolvem: devemos encontrar a melhor maneira de viver em conjunto no seio de uma única sociedade. Caso contrário, o dilema que se nos oferece é o seguinte:

Ser ou não ser

Se recordarmos a história da Europa, torna-se claro que nunca foi fácil, e continua a ser sempre difícil, encontrar a fórmula para aceitar estas diferenças e viver com elas de forma pacífica. Os interesses e as políticas dividem os indivíduos de acordo com motivos étnicos, religiosos e outras condicionantes, a fim de provocar conflitos e de redistribuir o poder político ou social ou os territórios geográficos.

Tal foi o caso na primeira e segunda Guerras Mundiais, da Guerra Fria, dos permanentes conflitos na Europa (Irlanda, Espanha, Chipre, etc.) e os recentes conflitos nos Balcãs e no Cáucaso.

Em 1947, pela ocasião de uma cimeira política, Winston Churchill, Primeiro-ministro Britânico na época da guerra, levantou a seguinte questão: "O que é a Europa neste momento?" E continuou, com estas palavras: "Um monte de escombros, um quartel-general, um terreno fértil para a peste e para a raiva". A sua visão pessimista não era, no entanto, exagerada. No fim da II Guerra Mundial, a Europa velava em cinzas. Mas conseguimos nós retirar lições da História? Porque é que o presságio de Churchill faz ainda parte da actualidade em algumas regiões da Europa?

Milhões de pessoas perderam a vida durante estas guerras. Muitas ainda sofrem e vivem em condições bastante semelhantes às que se verificavam a seguir à II Guerra Mundial.

Outras têm medo de regressar a casa porque arriscam-se a perder a vida. O problema é global. A

Humanidade não aprende as lições com as suas próprias tragédias. Continua a utilizar contra os outros – e, com frequência, mesmo aos que são colaterais a estes conflitos – os mesmos métodos que a fizeram sofrer.

Perante este género de situações, os cidadãos europeus acreditam e esperam que as instituições internacionais possam reagir imediatamente e solucionar todos os problemas. A maior parte dos cidadãos europeus não faz distinção entre o Conselho da Europa e a União Europeia e, de entre os que fazem, poucos conhecem a génese, a política e os valores destas instituições. De entre as instituições comprometidas com a construção de uma Europa pacífica, é preciso citar o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a União Europeia. É importante conhecermos a história e os valores destas instituições e estarmos conscientes das suas possibilidades e dos seus limites. Isto ajuda a saber como explorar melhor e transferir a experiência e as ferramentas desenvolvidas por estas instituições para apoiar as diversas organizações e instituições à escala nacional e local.

Frequentemente, os indivíduos não estão conscientes do poder que detêm para resolver os seus próprios problemas. No entanto, geralmente, as suas acções concretas podem transformar-se em contribuições bastante úteis para as suas sociedades. As ONG's e os jovens desempenham, neste contexto, um papel específico.

1.1.2 Breves palavras sobre a história e os valores das instituições europeias

A 5 de Maio de 1949, no St. James Palace, em Londres, o Tratado que estabeleceu o estatuto do **Conselho da Europa** foi assinado por dez países: Bélgica, França, Itália, Dinamarca, Noruega, Suécia, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Irlanda.

Actualmente (à data de Junho de 2000), o Conselho da Europa é constituído por 41 Estados membros. Os seus objectivos são os seguintes: defender os Direitos Humanos, a Democracia Pluralista e o primado do Estado de Direito; encorajar a tomada de consciência e valorização da identidade e diversidade culturais da Europa; promover soluções para os problemas sociais na Europa; assistir os países da Europa Central e Oriental na consolidação da sua estabilidade democrática apoiando as suas reformas políticas, legislativas e constitucionais.

O facto de o raio de acção do Conselho da Europa abranger todo o continente traduz a amplitude e a diversidade da Europa e coloca em evidência o papel político que desempenha esta instituição no seio da Europa alargada dos nossos dias.

Em 1950, o plano de Monnet, que visava a aproximação das indústrias do carvão e do aço, foi proposto por Robert Schuman, então Ministro dos Negócios Estrangeiros francês. "O Tempo não é mais de palavras vãs" anunciava então o Plano Schuman, "Para que a paz vingue, é preciso antes construir a Europa". No ano seguinte, seis países juntaram-se à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA): França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Era esperado que a Grã-Bretanha assumisse a liderança mas, receosa da perda de soberania que pudesse implicar a sua adesão à CECA, recuou.

Em 1955, os representantes dos seis Estados membros da CECA reuniram-se na Sicília para discutirem a criação de uma união económica mais aprofundada. Em 1957, a assinatura do Tratado de Roma deu lugar ao nascimento da Comunidade Económica Europeia (CEE), mais conhecida posteriormente pelo nome de Mercado comum.

No espírito dos seus pais fundadores – Monnet, Spaack, Schuman e outros – a **União Europeia** oferecia a esperança, a curto prazo, numa união política. Hoje (Junho de 2000), a União Europeia reúne 15 Estados membros. Cinco países estão em negociações, enquanto que outros seis foram convidados a apresentar a sua adesão.

A **Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)** é uma organização pan-europeia de segurança, cujos 55 países membros compreendem uma região geográfica que se estende de Vancouver a Vladivostok. Instituída por um acordo regional legitimado pelo capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, a OCSE tinha por missão original a observação, prevenção de conflitos, gestão de crises e reabilitação pós-conflito.

Criada em 1975 sob o nome de Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), esta organização devia servir de fórum multilateral para o diálogo e a negociação entre o Ocidente e o Leste. A Cimeira de Paris, em 1990, acabou por conferir à CSCE uma outra missão. A Carta de Paris para uma nova Europa estipula que a CSCE deve contribuir para a gestão dos desenvolvimentos históricos na Europa e responder aos novos desafios do período pós Guerra Fria. A Cimeira de Budapeste, em 1994, reconheceu que a CSCE não era mais uma simples conferência e alterou o seu nome para OSCE.

Actualmente, a OSCE desempenha um papel de primeiro plano na promoção da segurança como forma de cooperação na Europa. Para atingir estes objectivos, coopera estreitamente com outras organizações internacionais e regionais e mantém relações preferenciais com numerosas organizações não governamentais.

1.1.3 Desafios para a Europa

Actualmente a Europa depara-se com o desafio da reconstrução económica, política e geográfica. Mas o principal desafio reside na manutenção da paz e a promoção da estabilidade na Europa. Para os sistemas políticos, a dificuldade consiste em encontrar estratégias a médio e a longo prazo para atingir estes objectivos e determinar as melhores modalidades para as instituições cooperarem no desenvolvimento das suas políticas rumo a uma Europa pacífica.

Por último, a Europa deve definir o seu novo papel no mundo, enquanto actor construtivo e responsável no contexto económico e político planetário, atento à dimensão mundial dos problemas e defensor de valores benéficos para todos os indivíduos em todo o mundo. O facto é que as diversas instituições desenvolveram as suas próprias ferramentas para atingir estes objectivos: a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, diversas Convenções-quadro, programas de integração, medidas para constituir mercados comuns, etc.

O trabalho das instituições europeias assenta em valores que desempenham um papel fundamental na construção de uma Europa pacífica, na perspectiva de ultrapassar o fosso entre o Este e o Oeste, de promover a participação dos grupos minoritários, e de encorajar a edificação de uma sociedade intercultural. Todos os indivíduos devem poder participar plenamente, com o mesmo nível e em pé de igualdade para a construção da Europa. Em consequência, esta participação é certamente importante para a política Europeia, mas também para as realidades concretas nos planos nacional e local, já que a finalidade última é que os indivíduos aprendam a viver em sociedade.

Ao longo desta publicação iremos analisar as relações entre aprendizagem intercultural e o respeito pelos Direitos Humanos, o respeito dos direitos das minorias, a solidariedade, a igualdade de oportunidades, a participação e a democracia. É aí que residem os valores da aprendizagem intercultural, mas são também os preconizados pelas instituições europeias, os pilares da cooperação e da integração europeias. Como fazer com que os cidadãos europeus adoptem eles mesmos estes valores?

1.2 Novos pontos de partida

No contexto destas imensas problemáticas, um certo número de desenvolvimentos marca a realidade actual da Europa, continente com uma forte diversidade cultural e em constante interacção com o resto do mundo. Estes desenvolvimentos, mais ainda se os colocarmos no contexto de um mundo global – e cada vez mais globalizado – parecem caracterizar-se, nomeadamente, pela sua dimensão intercultural. Estes novos pontos de partida, que se constituem como desafios, poderiam também ser os principais impulsionadores do diálogo cultural no seio da Europa e com as outras regiões do mundo.

Uma Europa única: integrar a diversidade?

Desde a queda da cortina de ferro que os países europeus entraram num processo de aproximação mútua. As antigas divisões, fossem políticas, religiosas ou económicas, geraram diversos desenvolvimentos, por vezes contraditórios, tal como o testemunha, nomeadamente, o fosso entre o Ocidente e o Leste. Falar destas experiências é um exercício difícil e complexo – pois a compreensão cultural e política colide com frequência com os seus limites. Não negligenciar nenhuma das implicações culturais, religiosas, sociais, económicas e políticas destes desenvolvimentos é uma verdadeira aventura. Mas a aproximação no seio da Europa poderia oferecer uma oportunidade de abrir o diálogo entre os cidadãos dos diferentes países, de aprender uns com os outros e de se enriquecerem mutuamente e, no fim, a uma escala maior, de redefinir as nossas relações com as outras regiões do mundo.

É possível um diálogo aberto sobre os desenvolvimentos passados e actuais (incluindo os mais desagradáveis), sobre as tensões ideológicas e as diversas experiências? Vamos pôr em prática todos os meios para atingir uma integração igualitária? Como conseguir criar espaços de encontro ou exprimir as nossas queixas e as nossas esperanças, onde aprender a conhecer-nos? Como podemos nós, cidadãos, participar e comprometer-nos num diálogo nesta construção da Europa? A Europa "unida" será ainda uma Europa diversificada que valoriza a diferença? E enfim, a Europa "unida" será uma Europa aberta e receptiva a todas as culturas presentes no mundo?

Globalização: união ou unificação?

A globalização crescente à escala económica provoca mudanças em todas as esferas da vida e nos planos individual, social e cultural. A responsabilidade individual parece crescer e dissipar-se ao mesmo tempo.

O fosso entre ricos e pobres acentua-se, mas os efeitos sobre uns e outros são menos perceptíveis. Sem se dar conta, um bolsista em Nova Iorque pode decidir sobre a sobrevivência de uma criança nos bairros pobres de Kuala Lumpur, mas o inverso é pouco provável. As causas são mais difíceis de discernir. O mundo parece evoluir numa interacção próxima, como o comprova a celebração comum de acontecimentos culturais como o Campeonato do Mundo de futebol. As noções de tempo e de espaço tendem a desaparecer. Os progressos das tecnologias da comunicação aproximam-nos, aumentam os nossos conhecimentos – mas não necessariamente a nossa atitude para os integrar. O modo como lidamos com estas dinâmicas complexas gera consequências diversas.

Um acesso generalizado aos meios de comunicação sociais será desde logo sinónimo de mais solidariedade? Um mundo interligado à Internet vai promover a Democracia e os Direitos Humanos? Uma maior consciencialização pode mudar a história? Seremos capazes de usar todos estes conhecimentos como plataforma para um verdadeiro encontro e para encontrar novas soluções? Coca-Cola, televisão por satélite e McDonald's são novos artefactos culturais de um futuro próximo? Num mundo globalizado, quais as condições necessárias se quisermos fomentar o pluralismo e a coexistência de padrões culturais? Haverá uma oportunidade para desenvolver uma verdadeira "comunidade planetária" que ofereça uma vida digna e um lugar merecido a cada um? Quem domina a economia e a Internet? Uma mudança ao nível da percepção espacio-temporal pode transformar a cultura?

Novas sociedades: multi- ou interculturais?

Actualmente, é frequente que os indivíduos com diferentes condicionantes culturais vivam em conjunto no seio de uma mesma sociedade. O aumento do volume de informações e a mobilidade, por um lado, e as condições económicas e políticas injustas, por outro, originam fluxos migratórios entre diferentes países. No entanto, a migração na Europa é pouco expressiva se comparada com outros continentes. Quanto mais as fronteiras caem, mais nós nos protegemos através, por exemplo, do Acordo de Schengen. "Basta de estrangeiros" torna-se a palavra de ordem de alguns políticos. Começamos a fazer distinções entre "bons" e "maus" estrangeiros, entre "razões válidas"

e "razões não válidas" para emigrar. A maior parte das nossas sociedades encontra novos meios – na verdade, não tão novos como isso – para gerar estas situações: guetos suburbanos, segregação, racismo, exclusão. Discutimos várias formas possíveis de convivência. Perguntamos se os indivíduos de culturas diferentes podem simplesmente coabitar no seio de sociedades multiculturais, ou se podemos ver um tipo de "sociedade intercultural" pautada por uma forte interacção, com todas as implicações que tal acarreta.

Em que medida é que a confrontação com as diferenças culturais nos afecta pessoalmente? Seremos capazes de gerir no dia-a-dia a diversidade que nos envolve? Somos capazes de apreciar estas diferenças? Poderemos desenvolver formas pluralistas de coabitação nos bairros, nas cidades e nos países? Podem coexistir diferentes culturas baseadas na curiosidade, na aceitação mútua e no respeito? Quais serão os processos necessários para chegar a uma situação destas? Quais são as dificuldades com que nos vamos deparar?

Identidades: de cidadãos nacionalistas ou de cidadãos do mundo?

Estas novas sociedades pluralistas e multiculturais fazem nascer algumas incertezas. As referências culturais tradicionais desaparecem, enquanto a diversidade crescente nos parece uma ameaça para o que chamamos de identidade própria. O significado dos conceitos e de referências maiores evolui rapidamente ou perde-se em definitivo: nação, território, pertença religiosa, ideologia política, profissão, família. Os esquemas tradicionais de pertença deslocam-se e reformam-se para dar lugar a novas expressões culturais. E eis que nos tornamos "nómadas" em busca de novas referências cada vez mais individualistas. Multiplicam-se os grupos ideológicos fechados, tais como as seitas, o nacionalismo é ressuscitado e a responsabilidade transferida para as mãos dos "líderes mais poderosos". A incerteza económica, a crescente injustiça social e a polarização contribuem para a insegurança. À procura de uma compreensão global, geralmente associada a consequências incompreensíveis, opõe-se com frequência o interesse de pertença a um grupo específico claramente definido.

De que forma vamos definir a nossa identidade neste mundo de mudança? Que tipo de referências e de orientações podemos adoptar? Em que sentido a compreensão da identidade vai evoluir? Seremos capazes de elaborar um conceito aberto para a nossa vida, no contexto de um diálogo e de uma troca permanente com os outros? Poderemos voltar a confiar nas nossas referências culturais, paralelamente a uma responsabilidade global e a um sentimento de pertença global, enquanto cidadãos da Europa e do mundo?

Poder: minorias e maiorias

Num mundo repleto de diferenças – que reivindicamos –, a questão do poder desempenha um papel maior. Fazer parte dos fortes ou dos fracos ou possuir características culturais maioritárias ou minoritárias são considerações de suma importância. É assim que surgem novos conflitos, que velhas rivalidades reacendem, e que a pertença religiosa ou étnica se torna uma razão legítima para justificar a guerra ou a violência, tanto entre como no interior dos países e das regiões. O "choque das civilizações" e a "guerra das culturas" foram anunciados. No passado como no presente, muitos sofrimentos foram causados, os Direitos Humanos são sistematicamente violados porque a diversidade não é respeitada e porque as maiorias usaram sempre o seu poder contra as minorias. Hoje, tentamos "proteger" os "direitos" das minorias.

Estes direitos serão algum dia reconhecidos? O reconhecimento da diversidade cultural vai levar-nos a vidas pacíficas e enriquecedoras em conjunto? Podemos encontrar-nos reencontrando a diferença, sem nos ferirmos nem nos colocarmos mutuamente em perigo? Seremos capazes de compreender um dia que o planeta é suficientemente vasto para acolher todas as formas de expressões culturais? Seremos capazes de chegar a acordo sobre uma definição comum em torno de Direitos Humanos? E, por fim, saberá a Europa tirar os ensinamentos das nossas relações passadas e presentes com os outros continentes mas também dos massacres perpetuados pela nossa incapacidade de gerir a diversidade?

Todas estas breves considerações e questões que lhes estão associadas formam um puzzle, do qual nenhuma peça isolada consegue traduzir toda a complexidade. A política está ligada à cultura, a cultura à economia, e vice-versa. Todos estes elementos suscitam, em cada um de nós, questões que, por vezes, não têm resposta.

Como contribuir para a Europa, para um mundo no qual queremos viver?

Aprendizagem Intercultural: Uma contribuição possível

É evidente que o ângulo sob o qual são apresentadas estas orientações não é neutro, nem o são as questões colocadas. A óptica aqui escolhida, porque se funda em valores que defendem e proclamam as

Instituições Europeias, veicula uma posição política segundo a qual nós – enquanto indivíduos ao encontro de outros indivíduos –, somos também cidadãos, que vivemos em conjunto no seio de uma comunidade, em interacção constante. Consequentemente, partilhamos a responsabilidade do que são as nossas sociedades.

A ausência de paz é sinónimo de guerra. A ausência de guerra significa automaticamente a paz? Como definimos a noção de paz? Podemos resumi-la da seguinte forma: "Se não me fizeres mal, eu também não te farei"? Ou aspiramos desde já a uma outra visão da vivência em conjunto? Se admitirmos que a interdependência que caracteriza o mundo actual nos afecta e nos compromete a todos, então talvez nos falte procurar outros modos de coabitação e de ver no outro uma pessoa a respeitar plenamente com todas as suas diferenças.

A "Aprendizagem Intercultural" pode ser uma ferramenta útil nos nossos esforços para compreender a complexidade do mundo de hoje, para nos compreendermos um pouco melhor, mas também compreendermos os outros. Para além disso, pode ser uma nova chave para abrir as portas rumo a uma nova sociedade. A "Aprendizagem Intercultural" pode ajudar-nos a enfrentar com sucesso os desafios que são as realidades contemporâneas. Podemos ver aí uma ajuda para pessoalmente enfrentar os desenvolvimentos actuais, mas também para influenciar o potencial de mudança de modo a que tenha um impacto positivo e construtivo nas nossas sociedades. As nossas "capacidades de aprendizagem intercultural" são a esse nível mais necessárias que nunca.

Neste contexto, a aprendizagem intercultural assume-se como um processo de desenvolvimento pessoal com implicações colectivas. Convida-nos sempre a questionarmos porque queremos lidar com isso, quais são as visões que temos e os objectivos que queremos atingir.

A aprendizagem intercultural não é apenas uma aquisição pessoal ou um luxo para poucos que trabalham num ambiente intercultural: o seu interesse situa-se ao nível da forma como vivemos em conjunto no seio das nossas sociedades.

A aprendizagem intercultural – e esta publicação – deverá ajudar-vos a responder a algumas das questões acima mencionadas. Poderá ajudar-vos a reflectir sobre os desafios descobertos e levar-vos a sonhar com uma outra sociedade.

De qualquer modo, irá fazer-vos colocar ainda mais questões.

1.3 Os jovens e a aprendizagem intercultural: os desafios

De uma forma geral, os jovens vivem as suas experiências muito intensamente e estão receptivos a todos os tipos de mudanças. Estão com frequência dependentes nos planos económico e social e vulneráveis nas circunstâncias em que estão expostos. São com frequência os primeiros perdedores e os primeiros ganhadores das diversas evoluções que afectam a sociedade. Se analisarmos, por exemplo, as subidas das taxas de desemprego na Alemanha, ou os milagres/desastres económicos na Rússia, constatamos que os jovens sofrem e beneficiam destas situações de igual modo.

Os jovens celebram a cultura mundial com calças de ganga azuis nas "Rave Parties". Foram eles os primeiros a escalar o muro de Berlim. Estudam no estrangeiro ou emigram, atravessam as fronteiras com passaportes legais ou ilegalmente, partem à aventura em pequenos barcos. São também eles quem está mais receptivo aos processos de aprendizagem intercultural, mais desejoso de se relacionar com os outros, de descobrir e de explorar a diversidade.

Mas o facto de estes jovens serem tão diferentes e viverem em circunstâncias tão diferentes nem sempre fornece o enquadramento apropriado para pôr em prática processos enriquecedores, mas contudo complexos, de aprendizagem intercultural. Assim, quando falamos de aprendizagem intercultural e do trabalho com a juventude, falamos de jovens confrontados com a diversidade e a complexidade dos seus *backgrounds*; isto implica então o dever de nos confrontarmos com o que aparentemente parece contraditório.

No que se segue, apresentamos algumas orientações gerais baseadas na nossa experiência de trabalho com jovens, como os resultados de pesquisas sociológicas e relativas à juventude. Não se esqueça de que se tratam de orientações que podem não se aplicar a todas as pessoas. Por um lado, colocam em evidência os diferentes desenvolvimentos que intervieram no seio da sociedade com os quais os jovens deverão saber lidar, por outro, indicam a sua relação – muitas vezes contraditória – com os principais elementos de aprendizagem intercultural (que será ilustrada e desenvolvida nos capítulos seguintes à leitura das teorias e dos princípios educativos da aprendizagem intercultural).

- A cultura moderna privilegia a velocidade, os sentimentos fortes e os resultados imediatos, apresentando o mundo como uma série de acontecimentos intensos sem continuidade. Esta *overdose* emocional contrasta com a necessidade de explicações racionais. A aprendizagem intercultural é um processo de aprendizagem moroso e constante, repleto de rupturas. Implica ao mesmo tempo a razão e a emoção, bem como a sua relevância para a vida.
- No essencial, a educação recebida pelos jovens privilegia as respostas e transmite conceitos prontos a serem utilizados e explicações simples. Os meios de comunicação social e a publicidade recorrem às simplificações, reforçando os estereótipos e os preconceitos. A aprendizagem intercultural interessa-se pela diversidade e pela diferença, pelo pluralismo, pela complexidade e pelas questões em aberto e, por fim, pela reflexão e pela mudança.
- Se pensarmos nos jovens enquanto consumidores, constatamos que a sua primeira prioridade reside na satisfação das necessidades individuais – essencialmente materiais. Uma forma de liberdade muito particular é promovida: "a sobrevivência do mais forte". A insegurança económica e profissional fomenta a concorrência. A aprendizagem intercultural diz respeito a cada um de nós em relação aos outros (todos nós, uns para com os outros), é sobre relações e solidariedade e sobre levarmos a sério os outros.
- Os jovens têm poucos pontos de referência durante a sua adolescência; as experiências da vida e a percepção da realidade estão mais fragmentadas. Os indivíduos aspiram à harmonia e à estabilidade. A aprendizagem intercultural diz respeito à formação e à alteração da identidade pessoal, à percepção das mudanças de significado, na aceitação das tensões e das contradições.
- A sociedade dá aos jovens poucos exemplos e deixa-lhes pouco espaço para exprimirem e encorajarem a diversidade, proclamar o direito de ser diferente ou de agir diferentemente e de aprender a igualdade de oportunidades em vez da dominação. A aprendizagem intercultural está essencialmente baseada na diferença, na diversidade de contextos de vida e no relativismo cultural.
- Os jovens sentem-se inúteis na vida pública. É difícil identificar as suas responsabilidades políticas e as suas possibilidades de participação individual na complexa realidade actual. A aprendizagem intercultural diz respeito à democracia e à cidadania, implica a tomada de posição contra a opressão, a exclusão e os seus mecanismos de suporte.

- Os debates políticos e públicos tendem a simplificar os factos e a negligenciar a procura de causas. A memória histórica transmitida aos jovens é curta e parcial. Estes dois factores não preparam os jovens para a complexidade da realidade. A aprendizagem intercultural interessa-se pela memória, pelas lembranças e pelo ultrapassar das lembranças para construir um novo futuro. Aprendizagem intercultural num contexto europeu significa também uma reflexão profunda sobre as relações entre o Ocidente e o Leste e sobre a determinação de fomentar um verdadeiro diálogo acerca da nossa história comum e diferenciada.

Muito fica por dizer. As afirmações defendidas podem ser interpretadas de forma diferente segundo os países e as realidades sociais. O panorama apresentado não pretende ser completo. Pelo contrário, faz-nos reflectir um pouco mais sobre o estado das nossas sociedades e sobre o interesse da aprendizagem intercultural neste contexto, nomeadamente aos olhos dos jovens.

Os processos de aprendizagem intercultural desenvolvidos com os jovens devem ser baseados nas suas próprias realidades. Uma situação de aprendizagem intercultural planificada deverá integrar e conciliar ideias contraditórias. Discutidas abertamente, estas podem formar os pontos de partida de um diálogo intercultural honesto.

O contexto actual é uma verdadeira oportunidade para os jovens, para a Europa e para a aprendizagem intercultural. Mas é daí que precisamente advém a necessidade de trabalhar esta questão.